

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mesmo com alta na receita, governo registra déficit de R\$ 53,2 bi em maio 3

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo propõe ampliar o limite de faturamento do MEI em 2028 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Desenrola Adimplentes reduz os juros para informais e no Fies 7

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Dinheiro esquecido do PIS/Pasep: prazo para entrar no próximo lote termina nesta terça-feira
..... 9

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Senado vota 'pauta-bomba' da aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde
..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Para que o direito chegue ao cidadão 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SERVIDOR PÚBLICO

Fundos administrados pela Sefer reproduzem teia do Master 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor defende ministério para economia digital 15

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ferrovia, porto e minério verde são as apostas para um novo cenário na mineração 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com provisões para perdas, Raízen tem prejuízo de R\$ 27 bi 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado mantém projeção de inflação 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Pacotes fora das metas fiscais são preocupantes" 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

DF negocia aporte no BRB sem previsão para liberação dos recursos 23

O ESTADO DE S. PAULO - ESPECIAL
ECONOMIA

Brasil tem de vencer gargalos para liderar transição energética 24

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

STF piora regra que já era ruim para "penduricalhos" (Editorial) 26

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Brasil e União Europeia ampliam diálogo para a nova economia 27

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A nova ordem mundial baseada na IA 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Brasil ganha 9,2 mil milionários em ano de enriquecimento global 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Brasil, PIB, IDH e necessidade de reformas 33

Mesmo com alta na receita, governo registra déficit de R\$ 53,2 bi em maio

MATEUS MAIA MARIANNA GUALTER

As contas do governo central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) registraram déficit primário de R\$ 53,2 bilhões em maio, após um superávit de R\$ 25,1 bilhões em abril, informou ontem o Tesouro Nacional. Apesar do resultado mensal negativo, em maio a arrecadação federal alcançou R\$ 266,7 bilhões, o maior valor já registrado para o mês desde o início da série histórica da **Receita Federal**, em 2000.

Os gastos do governo central cresceram 9,4% em termos reais em relação a maio de 2025, enquanto as receitas totais avançaram 5,5%, já descontada a **inflação**.

O déficit registrado em maio foi superior ao observado no mesmo mês de 2025, quando o saldo negativo havia sido de R\$ 40,2 bilhões. Ainda assim, ficou abaixo apenas do resultado de maio de 2024, quando as contas registraram déficit de R\$ 60,4 bilhões.

No acumulado de janeiro a maio, o governo central registra déficit primário de R\$ 44,3 bilhões. No mesmo período do ano passado, havia superávit de R\$ 32,9 bilhões. Enquanto as despesas cresceram 13% acima da **inflação**, as receitas avançaram 4,3% em termos reais no período.

Considerando os últimos 12 meses encerrados em maio, o déficit primário soma R\$ 142,3 bilhões, o equivalente a 1,06% do **PIB**. As despesas obrigatórias representam 17,71% do **PIB**, enquanto as discricionárias correspondem a 1,85%.

A meta fiscal para 2026 prevê superávit primário de 0,25% do **PIB**, com margem de tolerância de 0,25 ponto porcentual para cima ou para baixo.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do segundo bimestre, o governo elevou a projeção de superávit para o ano, considerando as exceções previstas no arcabouço fiscal, de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 4,1 bilhões. Sem descontar os R\$ 64,4 bilhões de despesas excluídas da meta, o resultado projetado para 2026 continua negativo em R\$ 60,3 bilhões.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Daniel

Leal, boa parte dessa expansão decorre do pagamento de precatórios e do esforço para reduzir a fila de benefícios do **INSS**. "De fato, há um impacto grande do pagamento de precatórios, que explica boa parte desse aumento. Outro fator foi o esforço do governo de limpar, reduzir um pouco a fila do **INSS**", afirmou.

Leal ressaltou que a aceleração dos gastos está dentro do esperado e não compromete, por enquanto, o cumprimento da meta fiscal. Segundo ele, a tendência é que o crescimento das despesas em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) perca força ao longo do segundo semestre.

O secretário explicou que a despesa havia permanecido estabilizada pouco abaixo de 19% do **PIB**, mas aumentou temporariamente porque o período passou a incorporar dois pagamentos de precatórios - feitos em junho do ano passado e março deste ano -, além de uma execução mais acelerada das emendas parlamentares impositivas na primeira metade do ano.

PETRÓLEO. Leal previu que a receita com dividendos do petróleo deve chegar a R\$ 54 bilhões neste ano, ante R\$ 51 bilhões em 2025. "Não teve nenhum incremento adicional de dividendos. Foi uma expectativa bem pé no chão, exatamente para refletir e não ter nenhuma surpresa negativa ao longo do ano, em que pese a execução ter sido diferente do ano anterior", afirmou.

Ele destacou que não houve incremento das expectativas de dividendos por causa do aumento do petróleo, por exemplo. Também enfatizou, por outro lado, que não há, por enquanto, nenhuma expectativa de que vá haver frustração com esses números.

Ainda sobre o cenário de petróleo, Leal avaliou que a expectativa é que haja um efeito até mais positivo no balanço de petróleo até o fim do ano. Disse também que a receita adicional esperada com petróleo está equilibrada com o custo de medidas antiguerra.

Ele disse também que ainda há incerteza de como o petróleo vai se comportar até o fim do ano e que a tendência é não precisar de novas medidas contra choques de preços se o valor do barril ficar em "nível razoável". "A medida foi muito mais para conter o

aumento do preço, muito mais para suavizar os choques momentâneos em que ele se deu. Por isso que ela foi feita de caráter temporal. Se o petróleo se mantiver em um nível razoável de preço, a tendência é que você não tenha necessidade de medidas adicionais", afirmou.

EMENDAS. Já o secretário adjunto do Tesouro, David Athayde, acrescentou que não há expectativa de aumento das despesas com emendas parlamentares em 2026. Segundo ele, a antecipação dos pagamentos ocorreu para atender às restrições impostas pela legislação eleitoral. Daniel Leal informou que cerca de 65% dessas emendas já foram pagas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo propõe ampliar o limite de faturamento do MEI em 2028

Vanilson Oliveira +

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se, ontem, com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para entregar o projeto que amplia o teto de faturamento do microempreendedor individual (MEI) de forma progressiva, chegando a R\$ 140 mil em 2028, e permitindo a contratação de até dois empregados. Amanhã, está prevista a audiência da comissão especial do reajuste do MEI na Câmara com o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, e representantes de confederações nacionais para debaterem as alterações propostas pelo Executivo.

Atualmente, o limite anual de faturamento do MEI é de R\$ 81 mil. Com a mudança proposta pelo governo, o teto subirá para R\$ 110 mil, em 2027, e alcançará R\$ 140 mil, em 2028. Em publicação na rede social X (antigo Twitter), Lula ressaltou que a medida busca corrigir uma defasagem acumulada ao longo dos anos.

Fortalece os pequenos negócios, incentiva a geração de empregos e garante mais condições para milhões de brasileiros continuarem crescendo com segurança e dignidade, afirmou.

O projeto foi encaminhado ao Congresso como uma das apostas do governo para atualizar as regras do microempreendedor individual e ampliar as condições de crescimento dos pequenos negócios. A elevação gradual do limite reduz, segundo o governo, os impactos da mudança para empreendedores e para as contas públicas.

Formalização

Instituído em 2008, o regime do MEI foi criado para facilitar a formalização de trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores. Além de permitir a abertura de CNPJ e a emissão de notas fiscais, o enquadramento garante acesso à cobertura previdenciária (**INSS**), incluindo benefícios como aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte, mediante o pagamento mensal de uma contribuição simplificada.

Pelas regras em vigor, o microempreendedor pode faturar até R\$ 81 mil por ano e contratar apenas um

empregado. Se ultrapassar esse limite de receita, precisa migrar para outro regime tributário, como o Simples Nacional, que reúne **tributos** em uma única guia de recolhimento, mas prevê uma estrutura de tributação e de obrigações fiscais diferente da aplicada ao MEI.

Segundo o governo, a atualização dos limites adequa a legislação à realidade econômica dos últimos anos e permite que pequenos empreendedores possam expandir atividades sem perder o enquadramento no regime simplificado. A autorização para contratar um segundo funcionário também é considerada incentivo à geração de empregos formais.

Hugo Motta afirmou que o projeto integra o rol de negociações conduzidas entre o Congresso e o Palácio do Planalto no âmbito da tramitação da proposta que altera a escala 6 x 1 de trabalho. Essa matéria faz parte de uma negociação direta que liderei. A Câmara discute a matéria em comissão especial, incentivando a formalização e promovendo o desenvolvimento econômico, observou.

A proposta deverá ser analisada pela comissão especial da Câmara antes de seguir para apreciação dos deputados. Parlamentares trabalham para concluir a votação ainda antes do recesso legislativo, que começa em 18 de julho.

Entidades pedem urgência

O Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simpí) e a Associação Nacional dos SIMPI (Assimpí) enviaram um manifesto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo urgência na atualização do teto de enquadramento do microempreendedor individual e do Simples Nacional. No documento, as entidades criticam a resistência de estados e municípios ao reajuste e classificam como desonestidade intelectual e moral os argumentos contrários à medida. Segundo as duas entidades, o limite do MEI acumula uma defasagem superior a 82% em relação ao INPC e ao IGP-M.

O manifesto foi destinado, também, aos ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Henrique Rodrigues Pereira. As entidades afirmam que a perda do poder de compra do teto alterou a

realidade dos pequenos empreendedores.

As entidades salientam que um negócio que faturava R\$ 100 quando o enquadramento foi criado, faturaria apenas R\$ 18 dentro do limite corrigido pela **inflação**. O documento aponta ainda que existem, atualmente, 20 milhões de empresas na informalidade contra 17 milhões que permanecem formalizadas no MEI, segundo dados do governo federal citados pela Simpi e pela Assimpi.

O documento também rebate críticas de que a ampliação do teto poderia prejudicar empresas ou reduzir a arrecadação. Para as duas entidades, a legislação do Simples Nacional já prevê alternativas de enquadramento para empresas que ultrapassem o limite de faturamento - e ampliado a arrecadação tributária nas unidades da Federação desde a criação.

Dizer que aumentar o teto prejudica as empresas é desonestidade moral e intelectual. A legislação já prevê que quem superar o limite pode optar por outro regime. Não existe dano nenhum. O que existe é um argumento falso sendo usado para proteger uma posição que não resiste a nenhuma análise honesta dos dados , criticou Joseph Couri, presidente do Simpi.

As entidades também questionaram o argumento de que o reajuste poderia representar perda de arrecadação para o governo federal. Segundo Couri, a ausência de atualização do teto já provoca perdas, pois empresas que deixam o sistema formal passam a não gerar arrecadação.

A pergunta certa é outra: o governo prefere arrecadar menos ou continuar arrecadando zero de quem já está fora do sistema? , indaga.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/06/7451596-governo-propoe-ampliar-o-limite-de-faturamento-do-mei-em-2028.html>

Desenrola Adimplentes reduz os juros para informais e no Fies

Rafaela Gonçalves +

Depois de concentrar esforços na renegociação de dívidas de inadimplentes, o governo federal passa a mirar os bons pagadores. Lançado ontem, o Desenrola Adimplentes oferece crédito mais barato a trabalhadores informais que mantêm seus financiamentos em dia ou têm atrasos inferiores a 90 dias, em uma tentativa de evitar o superendividamento antes que ele aconteça.

A modalidade terá taxa máxima de juros de 1,99% ao mês e busca reduzir o risco de inadimplência e atender um público que, segundo o governo, ainda não era contemplado pelas políticas anteriores de crédito. O pacote inclui, ainda, o Fies Empreendedor e limita os juros dos empréstimos consignados para trabalhadores da iniciativa privada.

Para aderir ao programa, o consumidor deverá possuir uma operação de crédito pessoal em andamento, ter pago pelo menos quatro parcelas e estar em dia ou com atraso máximo de 90 dias tanto na data de publicação da medida provisória quanto na contratação da nova operação. As dívidas elegíveis terão saldo devedor de até R\$ 15 mil por instituição financeira.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o programa busca fazer com que os benefícios de um mercado de trabalho mais aquecido cheguem também aos trabalhadores que ficaram fora das políticas tradicionais de crédito. Pela primeira vez, o governo faz um esforço de olhar para o trabalhador informal. É um público que eu costumo dizer que é herói no país, afirmou. Esse trabalhador, que hoje paga suas dívidas com juros muito altos, vai ter pela primeira vez uma condição de refinanciá-las com uma taxa mais justa, emendou.

Além de reduzir os juros, o programa poderá ampliar o prazo para pagamento da dívida, conforme o tempo restante do contrato. A nova parcela não poderá ultrapassar 90% do valor da prestação original. Também será possível contratar um crédito adicional de até 50% do saldo devedor, desde que a parcela permaneça dentro desse limite.

As operações terão garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), mecanismo criado para reduzir o

risco das instituições financeiras e facilitar a concessão de crédito. Segundo o governo, a medida busca evitar que trabalhadores com bom histórico de pagamento acabem entrando na inadimplência devido ao alto custo do crédito, ao mesmo tempo em que amplia o acesso a financiamento para um segmento historicamente excluído das linhas mais baratas.

Consignado privado

Outra frente do programa é o reforço do crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada. O pacote regulamenta o uso do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia em operações de crédito com taxa máxima de 1,99% ao mês, em novos contratos, refinanciamentos e portabilidades.

A linha é destinada a trabalhadores sem vínculo empregatício pela CLT, que não sejam **servidores públicos** nem aposentados ou pensionistas do **INSS**, e que costumam enfrentar juros mais altos e restrições para contratar empréstimos. O trabalhador no Brasil precisa de uma taxa de juros que caiba no bolso da família. Além do salário, o FGTS entra como garantia, e aí vamos limitar a taxa de juros a 1,99% ao mês, destacou Durigan.

O governo estima que o Desenrola Adimplentes alcance entre 200 mil e 500 mil trabalhadores informais, público que hoje enfrenta maior dificuldade para obter crédito em condições mais favoráveis.

Fies Empreendedor

Quem manteve o pagamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em dia poderá contratar uma nova linha de crédito para abrir ou ampliar um negócio. Lançado junto com o Desenrola adimplentes, o Fies Empreendedor oferece juros de 0,87% ao mês, com financiamento de até R\$ 80 mil para pessoas físicas e R\$ 180 mil para pessoas jurídicas.

A medida não prevê renegociação ou perdão de dívidas. O objetivo é transformar o histórico de inadimplência em acesso a crédito para que recém-formados invistam na própria atividade profissional ou empreendam.

Poderão acessar a linha estudantes na fase de amortização que tenham pago as últimas 36 parcelas sem atrasos ou renegociações. O governo estima beneficiar entre 50 mil e 125 mil pessoas. O crédito terá carência de seis meses, prazo de até 60 meses para pessoas físicas e 96 meses para pessoas jurídicas, com garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO).

Durante o lançamento, o ministro da Educação, Leonardo Barchini, afirmou que a nova linha busca atender estudantes que conseguiram concluir o ensino superior, mas ainda enfrentam dificuldades para se estabelecer profissionalmente. Pela primeira vez, estamos pegando esses jovens que conseguiram, com muita dificuldade, acessar um curso de nível superior, se formaram, estão pagando em dia o seu Fies e ainda enfrentam dificuldades para se estabelecer no mundo do trabalho , disse.

De acordo com o governo, a nova linha busca facilitar a inserção profissional dos egressos do Fies, estimular o empreendedorismo e criar um incentivo adicional para que os beneficiários mantenham o financiamento estudantil em dia.

Os beneficiários do programa terão o acesso às plataformas de apostas on-line bloqueado por seis meses como contrapartida para obter as novas linhas de crédito com juros reduzidos. A restrição valerá para trabalhadores informais e demais beneficiários das modalidades anunciadas no programa.

O ministro da Fazenda afirmou que o objetivo é evitar que o crédito subsidiado seja direcionado às apostas e reforçar a recuperação financeira dos participantes. É para que eles possam se reorganizar à luz do crédito barato, das renegociações que estão sendo feitas e seguir um horizonte melhor para o futuro financeiro , reforçou Durigan.

Impacto fiscal

A implementação do pacote terá custo financeiro estimado em R\$ 4 bilhões para a União. Desse total, R\$ 3 bilhões serão destinados ao Desenrola Adimplentes, voltado a trabalhadores e consumidores com bom histórico de pagamento, enquanto R\$ 1 bilhão financiará a nova linha do Fies Empreendedor.

Os recursos serão repassados às instituições financeiras participantes, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Segundo o governo, por se tratar de uma operação de subvenção financeira, a medida não afetará a meta de resultado primário das contas públicas. Não nos parece que essas medidas tenham impacto macroeconômico , disse o secretário-executivo da Fazenda, Rogério Ceron. Não são

medidas de estímulo que atrapalham a política monetária , acrescentou.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2026/06/7451590-desenrola-adimplentes-reduz-os-juros-para-informais-e-no-fies.html>

Dinheiro esquecido do PIS/Pasep: prazo para entrar no próximo lote termina nesta terça-feira

Por Redação g1 - São Paulo

Termina nesta terça-feira (30) o prazo para solicitar o segundo lote de pagamentos do antigo fundo PIS/Pasep.

O saque para quem fizer o pedido dentro do prazo está previsto para o dia 27 de julho.

Ao longo do ano, há outras datas para solicitações e pagamentos, seguindo um calendário já estabelecido pela Caixa Econômica Federal.

O trabalhador pode checar se tem valores a receber por meio do site Repis Cidadão ou pelo aplicativo do FGTS.

Termina nesta terça-feira (30) o prazo para solicitar o segundo lote de pagamentos do antigo fundo PIS/Pasep. O saque para quem fizer o pedido dentro do prazo está previsto para o dia 27 de julho.

Ao longo do ano, há outras datas para solicitações e pagamentos, seguindo um calendário já estabelecido pela Caixa Econômica Federal.

?? O antigo fundo PIS/Pasep era usado para incrementar a renda de trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos** entre 1971 e 1988. Ele é diferente do abono salarial PIS/Pasep pago atualmente.

O trabalhador pode checar se tem valores a receber por meio do site Repis Cidadão ou pelo aplicativo do FGTS.

Segundo o governo, o saldo médio disponível para saque é de R\$ 2,8 mil por pessoa, mas o montante varia conforme o tempo trabalhado e o salário recebido na época. Os valores estão corrigidos pela **inflação**.

A plataforma Repis Cidadão também ensina o procedimento para retirar o dinheiro, inclusive com orientações específicas para herdeiros, no caso de falecimento do beneficiário. Para acessá-la, é necessário ter conta gov.br nos níveis prata ou ouro.

Se o ressarcimento não for solicitado até setembro de 2028, os valores serão definitivamente incorporados ao Tesouro Nacional, sem possibilidade de saque.

Veja a seguir:

Como consultar se tenho dinheiro esquecido? Como saber o número do PIS/NIS? Como pedir o ressarcimento dos valores? Quando vou receber? O que é o antigo PIS/Pasep?

1. Como consultar se tenho dinheiro esquecido?

A c e s s e o s i t e <http://repiscidadao.fazenda.gov.br/>; Clique em entrar com gov.br . Se você não tiver uma conta no sistema do governo federal, veja aqui como fazer; Faça login com seu CPF e senha, e clique em autorizar ; Informe o NIS (Número de Identificação Social) do beneficiário. O número é o mesmo do PIS e pode ser encontrado em vários lugares (leia mais abaixo); Clique em pesquisar . E, se você tiver valores a receber, o site vai orientá-lo sobre as próximas etapas.

2. Como saber o número do PIS/NIS?

NIS é a sigla para Número de Identificação Social. O documento é uma sequência de 11 dígitos disponibilizada pela Caixa Econômica Federal.

Esse cadastro é necessário tanto para quem trabalha com carteira assinada como para quem quer ter acesso a programas sociais, como o Bolsa Família.

Os números do NIS e do PIS (Programa de Integração Social) são os mesmos. A diferença está na origem deles: enquanto o NIS é gerado no momento em que alguém passa a usar benefícios sociais, o PIS é gerado quando a carteira de trabalho é assinada pela primeira vez.

O NIS pode ser consultado tanto de forma física quanto digital em diversos canais do governo. Veja a seguir:

Extrato do FGTS: é possível conferir o número do PIS

dentro de um dos contratos registrados no aplicativo. Cartão Cidadão: o número do NIS está identificado logo abaixo do nome do beneficiário e acima da data de emissão do cartão. Meu **INSS**: no site, o número do NIS aparece como NIT, na parte dos dados cadastrais. A consulta também pode ser feita pelo telefone da **Previdência Social** (135), de segunda a sábado, das 7h às 22h. CadÚnico: é possível encontrar o NIS após preencher informações pessoais no site CadÚnico ou pelo aplicativo.

3. Como pedir o ressarcimento?

O trabalhador pode protocolar o pedido de ressarcimento em uma agência da Caixa Econômica Federal ou fazer a solicitação pelo aplicativo do FGTS.

Ele vai precisar fazer login no app, acessar a opção mais , ressarcimento PIS/Pasep e seguir as orientações para anexar os documentos exigidos.

Se o pedido for feito pelo próprio beneficiário, basta que ele tenha em mãos um documento de identidade oficial.

Já no caso de herdeiros, será necessário apresentar:

Certidão PIS/PASEP/FGTS emitida pela **Previdência Social** com a relação de dependentes habilitados à pensão por morte; ou Declaração de dependentes habilitados à pensão emitida pelo órgão pagador do benefício; ou Autorização judicial ou escritura pública assinada por todos os dependentes e sucessores, se capazes e concordantes, atestando por escrito a autorização do saque e declarando não haver outros dependentes ou sucessores conhecidos.

4. Quando vou receber?

Após a solicitação, a Caixa vai analisar o pedido e enviar as informações ao Ministério da Fazenda. O pagamento será realizado diretamente na conta bancária do interessado na Caixa ou por meio de conta poupança social digital, de acordo com o calendário a seguir.

5. O que é o antigo PIS/Pasep?

O Programa de Integração Social (PIS) foi criado em 1970 para incrementar a poupança individual dos trabalhadores do setor privado.

Logo depois, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) foi lançado para **servidores públicos** civis e militares, inspirado no mesmo princípio.

Em 1975, os recursos dos dois programas foram

transferidos para um único fundo: o Fundo PIS-Pasep, que parou de funcionar em 1988, quando foi substituído pelo abono salarial atual.

Em 2020, as cotas do fundo que não haviam sido sacadas foram transferidas para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, três anos depois, para uma conta única do Tesouro Nacional.

Desde então, a Caixa abriu para que os trabalhadores com dinheiro esquecido na conta peçam o ressarcimento dos valores.

?? O abono salarial atual - uma espécie de 14º salário, no valor de até um salário mínimo - é pago anualmente a trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos** que atendem aos requisitos do programa.

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/06/30/dinheiro-esquecido-do-pispasep-prazo-para-entrar-no-proximo-lote-termina-nesta-terca-feira.ghtml>

Senado vota 'pauta-bomba' da aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 14/2021, que cria regras especiais de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, entra na pauta do Senado nesta terça-feira (30) como uma das chamadas "pautas-bomba" para o governo. A medida pode gerar um impacto de cerca de R\$ 30 bilhões em 10 anos, ampliando a pressão sobre as contas da União, dos estados e dos municípios.

Uma nota técnica do Ministério da **Previdência Social** aponta que a proposta pode elevar significativamente o déficit previdenciário, tanto no RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**), administrado pelo **INSS**, quanto nos RPPS (Regimes Próprios de **Previdência Social**).

O que prevê a PEC

A PEC foi aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado e estabelece regras permanentes e transitórias de aposentadoria para ACS (Agentes comunitários de saúde) e ACR (Agentes de combate às endemias), além de determinar a regularização do vínculo funcional desses profissionais.

Pelo texto, agentes vinculados tanto ao regime próprio quanto ao regime geral poderão se aposentar com idade mínima de 57 anos para mulheres e 60 anos para homens, desde que comprovem ao menos 25 anos de contribuição e de efetivo exercício na atividade profissional.

Regras de transição

A proposta também cria regras de transição para os profissionais que estão na ativa, com escalonamento de idade mínima até 2041. O texto ainda prevê possibilidade de redução da idade mínima em até cinco anos para aqueles que excederem o tempo mínimo de contribuição.

Outro ponto sensível da PEC é a previsão de integralidade e paridade em situações específicas. Na prática, isso significa que parte dos beneficiários poderá se aposentar com proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo e com reajustes nos mesmos moldes dos servidores da ativa.

Mudança nos vínculos

Além das mudanças previdenciárias, a proposta altera a forma de contratação dos agentes. O texto reconhece a atividade como permanente, essencial ao SUS e exclusiva de Estado, proibindo contratações temporárias ou terceirizadas, salvo em situações de emergência em saúde pública.

Também determina a regularização de vínculos precários até 31 de dezembro de 2028.

Impacto bilionário

O impacto fiscal, no entanto, é o principal ponto de resistência dentro do governo. Segundo a nota técnica do Ministério da Previdência, a mudança geraria impacto atuarial de R\$ 28,11 bilhões.

Nos primeiros dez anos, o déficit acumulado subiria de R\$ 59,46 bilhões no cenário atual para R\$ 84,18 bilhões com a PEC - uma diferença de R\$ 24,72 bilhões.

De acordo com o estudo, a deterioração das contas ocorre porque a aposentadoria antecipada reduziria o tempo de contribuição dos servidores, diminuindo a arrecadação previdenciária. Ao mesmo tempo, os benefícios passariam a ser pagos mais cedo e por mais tempo, ampliando as despesas.

Efeitos no longo prazo

As projeções de longo prazo também preocupam. O governo estima aumento de R\$ 40,53 bilhões no déficit em 20 anos, R\$ 47,59 bilhões em 30 anos e mais de R\$ 53 bilhões no horizonte de 80 anos.

Na conclusão, o Ministério da Previdência afirma que a PEC não contribui para reduzir o déficit previdenciário e, ao contrário, agrava o desequilíbrio financeiro e atuarial dos regimes de previdência.

Busque no R7

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/senado-vota-pauta-bomba-da-aposentadoria-especial-para-agentes-comunitarios-de-saude-30062026/>

Para que o direito chegue ao cidadão

Há uma falha das instituições públicas que quase nunca aparece nas estatísticas, mas é fácil perceber quando prestamos atenção. Ocorre quando o serviço existe, o atendente sabe, a lei prevê, o regulamento concede, o aplicativo está no celular, a campanha está na rua, mas o cidadão não sabe, não entende o que fazer, perde o prazo, perde-se no caminho ou desiste antes de começar. Todos vimos isso. Às vezes, o problema não está na ausência da política pública, mas na incapacidade de torná-la acessível.

Esses problemas aparecem concretamente quando um aposentado tem desconto indevido no **INSS** e nem percebe; quando os índices de vacinação caem; quando uma família perde inscrição em programa social porque a regra mudou e o alerta não chegou; quando o atendimento passa a depender do aplicativo, cadastro e senha digital, e deixa parte da população sem orientação suficiente; quando moradores de área de risco não recebem ou não entendem um alerta de emergência ou quando o contribuinte confunde orientação oficial com golpe. A maior parte da população não pode pagar advogado, despachante, contador, especialista em tecnologia ou alguém para enfrentar a fila em seu lugar. Quando a informação de interesse público é difusa, confusa ou fica escondida, avança quem domina o sistema, tem tempo ou ajuda. Os demais ficam pelo caminho. Kafka, nesse caso, quase parece história infantil.

Dados oficiais mostram a dimensão do problema. No **INSS**, 6,4 milhões de pessoas contestaram descontos associativos não autorizados em seus benefícios. O IBGE mostrou que 20,5 milhões de pessoas de 10 anos ou mais não usaram internet em 2024, e 45,6% delas disseram não saber usar. Não são apenas números. São situações concretas de cidadãos que ficam pelo caminho. O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) 2024 aponta outro obstáculo: 29% dos brasileiros de 15 a 64 anos são analfabetos funcionais, e apenas 10% alcançam o nível proficiente de leitura, escrita e matemática. Também é preciso enfrentar uma herança incômoda: a comunicação estatal brasileira historicamente é marcada pela propaganda, pela promoção do poder e pela proteção da autoridade. A Constituição de 1988 apontou outro caminho: a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem promoção pessoal de autoridades ou **servidores públicos**. Desrespeitar esse princípio não é apenas irregularidade jurídica, mas desvio de finalidade que enfraquece a confiança da sociedade nas instituições.

Mesmo quando há área de comunicação, parte do problema está no uso limitado dessa capacidade. Há profissionais altamente qualificados atuando, mas o Estado nem sempre valoriza, capacita e dá condições e autonomia para que essa competência seja orientada ao cidadão, e não apenas à divulgação de agendas, eventos e retórica oficiais. Comunicação na área pública não deveria entrar no fim do processo como operação de "dar divulgação". Comunicação pública é orientada à cidadania e deveria estar presente desde o começo, quando se decide como uma política vai chegar às pessoas. Comunicação na área pública é função de Estado, não de governo nem de promoção pessoal.

Por isso, comunicação deve ser entendida como processo e infraestrutura de implementação das políticas públicas. Deve melhorar processos, ajudar o cidadão e produzir mudança. Leis, normas e recursos são indispensáveis, mas não bastam. Se a sociedade não entende, não acessa, não confia ou não adere, a política entrega menos do que poderia. Há uma diferença gigantesca entre divulgar uma política e fazer comunicação para que a política funcione.

É nesse contexto que se torna relevante debater a comunicação pública como política de Estado. De 16 a 18 de setembro, Brasília receberá o 4º Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, o ComPública, realizado pela Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) e pela Câmara dos Deputados, em parceria com TCU, UnB e Senado, e com apoio, até agora, de 14 instituições públicas e entidades. O tema, "Uma agenda para a cidadania", é um posicionamento: comunicação deve estar a serviço do cidadão, não do governante.

A ABCPública completa 10 anos, e a Câmara dos Deputados celebra 200. O encontro deve reunir profissionais de comunicação e gestores públicos para discutir como Estado e sociedade podem se entender melhor em um momento de desinformação crescente e baixa confiança nas instituições. Mas o congresso não interessa apenas a comunicadores e gestores públicos. Interessa a quem acredita que a democracia não se resume ao voto, mas depende de informação acessível, compreensível e utilizável, instituições abertas, escuta real e prestação de contas.

Comunicação não substitui boa política pública nem gestão competente. Mas, sem comunicação pública eficaz, até boas políticas podem chegar tarde, chegar

mal ou não chegar. O direito à cidadania é o melhor argumento para levar comunicação a sério.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Para que o direito chegue ao cidadão

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/06/30/all.pdf>

Fundos administrados pela Sefer reproduzem teia do Master

Ao menos quatro fundos de investimento tiveram abstenção da opinião da empresa auditora do balanço

A Sefer Investimentos, liquidada extrajudicialmente pelo Banco Central (BC) na última sexta-feira, aparece como administradora de 73 fundos no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Levantamento feito pelo Valor identificou que a maioria é de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), em participações (FIPs) e imobiliário (FIIs).

O perfil das estruturas e das carteiras reproduz o esquema montado pelo Master: uma teia de fundos como únicos cotistas de outros fundos também de um cotista, com participações em empresas ligadas ao grupo e investimentos em precatórios. Também aparecem nas carteiras fundos que faziam parte de relacionamento do banco de Daniel Vorcaro.

O fundo OAK-IPCA, de investimento em cotas de fundos de renda fixa de longo prazo, por exemplo, tem em carteira cotas do FII Aquilla, que participou da rede usada na aquisição do Banco Máxima (que se tornaria o Banco Master) em 2017. Também tem em carteira cotas do Osasco Properties FII, identificado pela Polícia Federal (PF) como da estrutura do Master e que recebeu aportes de regimes públicos de previdência de dezenas de municípios, junto com o Texas I, o Aquilla, o São Domingos e o Brazilian Graveyard.

Outro exemplo é o CB, multimercado de crédito privado, cotista do Aquilla e, em 2024, do FIP Conquest, investigado no Tribunal de Contas do Estado de Minas (TCE-MG) por perdas no Instituto de Previdência dos **Servidores Públicos** do Município de Uberlândia, segundo relatório de 2023.

Já o Bia, de crédito privado no exterior, com somente um cotista, é 100% formado por cotas do Nazaré Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, que investiu R\$ 14 milhões na Super Empreendimentos, empresa apontada pela PF como dona de bens de luxo de Vorcaro.

Muitos dos fundos apresentados no sistema da CVM também não têm qualquer informação fornecida pela Sefer ao órgão fiscalizador. E ao menos quatro tiveram abstenção da opinião da empresa auditora do balanço. É o caso do Greenland, multimercado de crédito

privado, no qual a auditoria afirma que encontrou um ativo superavaliado, "impactando a mensuração do patrimônio líquido e do resultado do exercício, que se encontram superavaliados nesse mesmo montante".

Já no caso do GS Heritage, multimercado de crédito privado que também aparece na cadeia do Master, a auditoria afirma que não teve acesso a documentos do FIP 5M Capital, uma de suas investidas, que por sua vez tem em carteira ações de companhias fechadas avaliadas em R\$ 5,315 milhões, na fatia de 50,60% de seu patrimônio líquido.

"Identificamos que as companhias investidas não tiveram demonstrações financeiras auditadas em seu último exercício social, sendo essas informações essenciais para a asseguuração do valor justo dos investimentos apresentados nos laudos de avaliação econômico-financeira. Diante deste contexto, ficamos impossibilitados de obter evidência suficiente e apropriada de auditoria."

Com sede em São Paulo, a Sefer foi alvo da segunda fase da operação Compliance Zero e administra fundos ligados aos possíveis esquemas de fraude no Master. Segundo o Ministério Público, ela é controlada por Benjamin Botelho, ex-funcionário do Banco Garantia, apontado pela Polícia Federal como sócio oculto de Vorcaro e figura central do esquema de fraudes. De acordo com a PF, boa parte das operações suspeitas passa por empresas ligadas a Botelho e a Sefer. Procurados, Sefer e Botelho não quiseram comentar o assunto.

Setor defende ministério para economia digital

Marlla Sabino

O setor de telecomunicações defende que o presidente da República concentre a partir de 2027 ações para avanço na digitalização do país, com medidas que incluem a criação de um ministério dedicado ao tema e que tenha mais atribuições do que atualmente possui a pasta das Comunicações, mudanças regulatórias, regras isonômicas entre operadoras e plataformas digitais e políticas públicas de proteção das infraestruturas do segmento, com combate ao crime organizado.

Segundo a Conexis Brasil Digital, entidade que reúne as principais empresas do setor, a consolidação da economia digital no país pode adicionar entre R\$ 700 bilhões e R\$ 1,3 trilhão ao Produto Interno Bruto (**PIB**). Não há, entretanto, um prazo específico para esse impacto, já que ele depende das ações adotadas.

As propostas estão reunidas em plano que será entregue às campanhas dos pré-candidatos à Presidência da República e ao qual o Valor teve acesso. A entidade argumenta que o país já avançou na universalização da infraestrutura de conectividade, com a tecnologia 4G presente em 100% dos municípios brasileiros e a expansão do 5G, mas precisa de uma nova etapa de políticas públicas para transformar esse avanço em ganhos de produtividade e crescimento econômico.

Segundo o presidente-executivo da Conexis, Marcos Ferrari, a economia digital representa atualmente cerca de 16% do **PIB** brasileiro, abaixo da média mundial de 17%. "Estamos propondo como podemos sair de uma economia digital que está abaixo da média mundial e levar para o estágio seguinte. Queremos chegar a algo entre 18% e 24%. Em termos de **PIB**, sairíamos de R\$ 2 trilhões para algo entre R\$ 2,7 trilhões e R\$ 3,3 trilhões."

Entre os desafios apontados pela entidade para que a conectividade alcance todo o seu potencial de transformação econômica e social, estão: a redução das barreiras de acesso à conectividade; o fortalecimento do letramento digital; a ampliação da digitalização dos setores produtivos e dos serviços públicos; a redução das assimetrias regulatórias e competitivas entre os agentes do setor e as grandes plataformas digitais globais e a modernização do

ambiente regulatório e fiscal, especialmente por meio da redução da carga tributária incidente sobre produtos e serviços de telecomunicações.

Na avaliação de Ferrari, as leis, normas e regulação vigentes no Brasil não estão na mesma página que a evolução tecnológica. Segundo ele, há cerca de dez anos as operadoras concentravam o poder econômico do ecossistema digital, mas esse protagonismo migrou para grandes plataformas globais, que, na visão da entidade, não estão submetidas ao mesmo nível de regulação.

"É preciso rever essa equação, porque senão fica um processo assimétrico. Quem está no local e está fazendo investimento encara uma regulação muito grande, enquanto a geração de valor migrou e quem está capturando o valor da rede não tem regulação", disse.

Outro ponto considerado prioritário pela entidade é a tributação incidente sobre o setor. "Além do peso regulatório que nós temos, tem o peso tributário, pois o setor de "utilities" [atividades essenciais, como energia] é de fácil arrecadação, porém um serviço essencial", afirma.

Segundo Ferrari, a carga tributária incidente sobre o segmento é de cerca de 29% e, com a **reforma tributária** - cujas regras entram em vigor a partir de 2027 -, a tendência é de aumento, sobretudo em razão dos fundos setoriais em que as operadoras têm obrigação de contribuir.

A entidade também vê espaço para ampliar a adoção de tecnologias digitais em ambientes produtivos, como o agronegócio, a indústria e os setores de infraestrutura, com potencial para elevar a produtividade da economia. Na avaliação de Ferrari, esse movimento poderia ser apoiado por uma política pública coordenada pela área econômica do governo, com participação de bancos públicos na oferta de linhas de financiamento para empresas que adotem tecnologias digitais.

Assim, a Conexis Brasil Digital propõe uma agenda estruturada em dois grandes eixos: o incentivo ao investimento e a promoção de um ecossistema digital competitivo e equilibrado. A proposta também traz um eixo voltado à criação de talentos digitais e soberania

digital.

Uma das principais propostas é a criação de um Ministério da Digitalização. A ideia é ampliar as atribuições hoje concentradas no Ministério das Comunicações para que a pasta passe a coordenar a formulação das políticas públicas voltadas à economia digital. Segundo Ferrari, atualmente essa agenda está distribuída entre 16 ministérios.

Além disso, o setor pede mais segurança jurídica e regulatória para os leilões de espectro, estímulo ao compartilhamento de infraestrutura entre operadoras, criação de uma política pública de proteção da infraestrutura de telecomunicações, com foco no combate ao crime organizado e ao mercado ilícito, além da ampliação e do fortalecimento do uso dos recursos dos fundos setoriais.

Já no eixo voltado à integração das telecomunicações ao ecossistema digital, a entidade também defende a ampliação da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a adoção de regras isonômicas entre empresas de telecomunicações e os demais agentes do ecossistema digital. A agenda inclui ainda propostas para ampliar o acesso à conectividade, especialmente entre a população de baixa renda, por meio da criação de programas de subsídio à conectividade.

Especialistas em contas públicas têm criticado a profusão de isenções tributárias, apontando a necessidade de extinguir o que não funciona para viabilizar incentivos a atividades com retorno garantido.

Ferrovia, porto e minério verde são as apostas para um novo cenário na mineração

O Brasil reúne algumas das maiores reservas minerais do mundo, mas ainda enfrenta grandes desafios em infraestrutura e precisa se adaptar às novas exigências de sustentabilidade que redefinem o setor. Por isso, a Cedro Participações estruturou sua estratégia de crescimento com um plano de R\$ 5 bilhões em investimentos até 2031, sustentado por duas grandes frentes, que incluem a construção de um ecossistema logístico multimodal com foco em resolver entraves históricos do setor, além da aposta no pellet feed, o chamado "minério verde", cujas propriedades atendem à urgência da indústria global em reduzir as emissões de carbono.

Segundo Lucas Kallas, presidente do conselho da Cedro Participações, a dependência histórica do modal rodoviário e a saturação das ferrovias existentes no Brasil são os principais desafios a serem resolvidos e é exatamente por aí que começa o plano da empresa.

- Embora o país disponha de ferrovias que interligam grandes polos produtores aos principais portos, são malhas concentradas e que operam muito próximo do limite de suas capacidades. A falta de uma interconexão mais abrangente impede a exploração economicamente viável de novas fronteiras minerais, uma vez que o transporte rodoviário, além de mais poluente, eleva drasticamente o custo do frete para commodities de alto volume e baixas margens - aponta.

Essa limitação também se estende à infraestrutura portuária. Muitos terminais enfrentam restrições à atracação de navios cargueiros de última geração, que também são agravadas pela burocracia aduaneira e longas filas de espera.

- Esse cenário gera custos adicionais e retira parte da competitividade do produto brasileiro frente a concorrentes como a Austrália, que se beneficia tanto da proximidade geográfica com o mercado asiático quanto de portos automatizados - explica o executivo.

Dados do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), mostram o impacto do investimento em logística nos negócios. Cada R\$ 1 milhão aplicado em transporte é capaz de gerar até R\$ 3,34 milhões em produção, além de criar mais de 30 empregos diretos, indiretos e induzidos, o

maior multiplicador econômico entre todos os setores analisados. É esse crescimento que a Cedro pretende desenvolver com seus ativos logísticos.

FERROVIA E PORTO: UM CORREDOR PARA O FUTURO

Entre os projetos em desenvolvimento, a Ferrovia Serra Azul, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), busca conectar áreas produtivas a corredores de escoamento mais eficientes, com menor dependência do transporte rodoviário. Em paralelo, o projeto do Porto do Meio, em Itaguaí (RJ), vai ampliar a capacidade de exportação da empresa e trazer mais previsibilidade operacional.

- Mais do que otimizar a operação interna, esse novo corredor logístico vai dinamizar o setor como um todo, beneficiando outras mineradoras e impulsionando o desenvolvimento regional - ressalta Kallas.

Além da revolução infraestrutural, o futuro da mineração exige processos produtivos mais limpos e modernos, e a aposta da Cedro está no pellet feed. Trata-se de um minério de ferro de alto teor e baixa impureza, características que o tornam o combustível ideal para os processos de redução direta (DRI).

- Mesmo quando introduzido nas cadeias tradicionais, o pellet feed otimiza a eficiência térmica e reduz o consumo de combustível por tonelada de aço produzida, transformando-se em um item estratégico de sobrevivência de mercado para os grandes conglomerados industriais - diz Kallas.

A relevância do insumo está diretamente ligada à necessidade urgente de descarbonização de uma das indústrias mais poluentes do planeta. Com metas internacionais rígidas de emissão zero até 2050, as siderúrgicas enfrentam pressões para substituir os métodos tradicionais de produção de aço.

DESCARBONIZAÇÃO NAS OPERAÇÕES

O investimento no minério verde integra uma agenda mais ampla de ESG que a Cedro já coloca em prática por meio de tecnologias aplicadas diretamente no dia a dia das minas.

A companhia aposta em iniciativas de

descarbonização, com a introdução de caminhões 100% elétricos em suas operações, além de garantir a autossuficiência energética limpa ao realizar o carregamento das minas por energia solar. A Cedro ainda eliminou a necessidade de barragens convencionais, ao adotar o empilhamento de rejeitos a seco, e introduziu um sistema de ponta para o reaproveitamento de até 85% da água em suas operações.

Para Kallas, o impacto competitivo é direto:

- Na prática, além de otimizar custos a longo prazo, essa agenda de descarbonização eleva a competitividade da Cedro no mercado internacional, consolidando-a como uma parceira estratégica e segura no cenário global.

Ao alinhar seus projetos de infraestrutura a soluções de menor impacto ambiental, a Cedro consolida seus pilares corporativos e se posiciona na vanguarda da mineração. O conjunto dessas iniciativas - ferrovia, porto, pellet feed e descarbonização - apresenta-se como um grande passo em um setor que passa por transformação profunda.

- A Cedro vai dar um salto em sua posição estratégica, garantindo acesso direto a mercados internacionais e consolidando-se como um dos principais players do Brasil - finaliza Kallas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com provisões para perdas, Raízen tem prejuízo de R\$ 27 bi

A Raízen, que protagoniza a maior recuperação extrajudicial da história no país, encerrou o exercício fiscal de 2025/26, em 31 de março, com prejuízo de R\$ 27,1 bilhões. Deste valor, R\$ 22,5 bilhões foram relacionados a provisões para perdas ("impairment"), decorrentes da reavaliação de ativos que foi necessário fazer, principalmente após a companhia pedir a RE nos últimos dias da temporada, em 12 de março.

Das provisões, R\$ 12,5 bilhões são possíveis perdas decorrentes de "incerteza significativa quanto à continuidade operacional", ou seja, caso os ativos deixem de operar. Nesta conta, entraram unidades avaliadas em R\$ 4,3 bilhões que podem parar de funcionar, R\$ 3,8 bilhões em imposto de renda que deixará de ser compensado e R\$ 2,8 bilhões em **tributos** que deixarão de ser recuperados.

Estas contas, disse a Raízen, podem ser reavaliadas "à medida que houver maior grau de definição quanto à implementação do plano de recuperação extrajudicial".

Outros R\$ 10,1 bilhões em provisões referem-se à redução do valor de certos ativos, como R\$ 4,3 bilhões em reduções de valor no negócio de açúcar e etanol, à redução contábil de R\$ 586,7 milhões da venda dos canaviais da Usina Santa Elisa e de R\$ 239,9 milhões da venda de ativos de geração de energia.

No exercício 2025/26, a Raízen teve despesa de R\$ 11,7 bilhões com o custo de sua dívida bruta, dos quais R\$ 4 bilhões apenas no último trimestre, entre janeiro e março. A dívida bruta alcançava R\$ 71,8 bilhões, dos quais R\$ 65,7 bilhões estão no escopo da recuperação extrajudicial.

A empresa voltou a informar que o aumento da despesa com juros e a elevação da dívida ao longo da temporada refletiram, principalmente, a substituição de linhas de capital de giro - que antes não entravam na linha financeira e compunham o custo operacional - por instrumentos financeiros, além da elevação da taxa de juros. O fim de operações de risco sacado (até então comuns no negócio de distribuição) e de adiantamento de clientes, com a consequente troca dessas operações por instrumentos de dívida, acrescentaram ao passivo financeiro R\$ 13,6 bilhões. O pagamento e a apropriação de juros sobre as

dívidas somaram mais R\$ 10,7 bilhões.

Além disso, a deterioração de crédito da Raízen, com o rebaixamento de sua nota pelas três principais agências de classificação de risco em março, provocou efeitos de chamada de margem. Este elemento, somado a outras variações de capital de giro e de ativos e passivos, acrescentaram R\$ 6,8 bilhões à dívida. Em um ano, a dívida líquida da Raízen sofreu uma elevação de 69,9%, ou de R\$ 23,9 bilhões.

No exercício, a companhia buscou antecipar o pagamento de compromissos com compra de etanol junto a usinas para distribuição, o que gerou provisão de R\$ 546 milhões em indenizações por pagamento antecipado.

A companhia consumiu R\$ 9 bilhões de seu caixa, e encerrou a temporada com R\$ 13,6 bilhões em caixa, dos quais 90% com disponibilidade imediata. O negócio que mais gerou caixa foi o de distribuição de combustíveis, enquanto o de açúcar e etanol consumiu caixa. O lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) de distribuição de combustíveis no Brasil teve um salto de 35,5%, para R\$ 5,7 bilhões. Já o Ebitda de açúcar e etanol recuou 23,9%, para R\$ 4,5 bilhões.

Mercado mantém projeção de inflação

» PEDRO JOSÉ*

O mercado financeiro manteve a expectativa para a **inflação** em 2026, mas voltou a elevar as projeções para o crescimento da economia brasileira, segundo o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do país, foi mantida em 5,33% para 2026.

A estabilidade em relação à semana anterior representa o fim da sequência de 15 semanas em alta, porém, a expectativa segue acima do teto da meta de **inflação** e supera os 5,09% projetados há quatro semanas.

Na política monetária, o mercado manteve a expectativa de que a taxa Selic encerre 2026 em 14% ao ano. A projeção representa uma alta em relação aos 13,25% esperados há quatro semanas e indica que os juros permanecerão elevados por mais tempo diante das pressões inflacionárias. Para 2027, a estimativa é de queda para 12% ao ano.

As estimativas para o Produto Interno Bruto (**PIB**) seguem em melhora. A projeção de crescimento da economia passou para 1,99% em 2026, registrando a sexta alta consecutiva nas expectativas do mercado. Para 2027, no entanto, a previsão é de expansão mais moderada, de 1,68%.

No mercado cambial, a previsão para o dólar no fim de 2026 permaneceu em R\$ 5,20. Já para os próximos meses, a expectativa é de que a moeda norte-americana oscile entre R\$ 5,10 e R\$ 5,14.

As projeções para o setor externo seguem indicando um cenário positivo para a balança comercial. O mercado estima superávit de US\$ 76,2 bilhões em 2026, enquanto o investimento direto no país deve alcançar US\$ 75 bilhões. Em contrapartida, a conta corrente continua com previsão de deficit de US\$ 60,25 bilhões.

Na área fiscal, as expectativas apontam manutenção do deficit nas contas públicas. A dívida líquida do setor público deve atingir 69,82% do **PIB** em 2026. O mercado também manteve a projeção de deficit primário de 0,50% do **PIB** pelo 19º relatório consecutivo, enquanto o deficit nominal, que inclui o pagamento de juros da dívida, foi estimado em 8,70% do **PIB**.

Estabilização

Para o economista sênior da No-mad, Vitor Kayo, a estabilidade das projeções representa uma pausa no movimento de deterioração das expectativas observado ao longo do primeiro semestre. "Após 15 semanas consecutivas de alta, a expectativa de **inflação** para 2026 estabilizou na pesquisa Focus divulgada hoje (ontem). A mediana para o IPCA deste ano ficou em 5,33% pela segunda semana seguida, sugerindo uma pausa no movimento de deterioração que marcou o primeiro semestre" afirmou.

Segundo o economista, a mudança de comportamento do mercado pode estar relacionada aos esclarecimentos trazidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na ata e no Relatório de Política Monetária divulgados na última semana. "Com o quadro mais bem compreendido, o mercado parece aguardar os próximos dados de **inflação** antes de fazer novos ajustes, sobretudo para avaliar como o choque do Oriente Médio e a queda recente do petróleo se transmitem aos preços domésticos" explicou.

Apesar da estabilidade nas projeções para 2026, Kayo destaca que o cenário de médio e longo prazo continua se deteriorando. "A mediana para 2027 subiu de 4,15% para 4,17%, ante 4,02% há quatro semanas. A Selic esperada para 2028 avançou de 10,25% para 10,50%. A alta do IPCA para 2027 pode refletir o alongamento do horizonte do Co-pom, mas também a **inflação** corrente mais pressionada e sua inércia. Já a Selic mais alta em 2028 sugere que o mercado passou a esperar um ciclo de cortes mais curto. Com **inflação** persistente e um Banco Central sinalizando gradualismo, há menos espaço para reduções de juros", concluiu.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/06/30/all.pdf>

"Pacotes fora das metas fiscais são preocupantes"

EDUARDO LAGUNA

Para o economista e ex-diretor do Banco Mundial, risco de trajetória explosiva da dívida pública é real. Foi diretor do FMI (2015-2016) e do Banco Mundial (2016-2018); desde 2019 é pesquisador no Policy Center for a New South.

O economista Otaviano Canuto, que foi vice-presidente e diretor executivo no Banco Mundial, diz que o Brasil é "mestre" em recorrer a manobras para contornar as regras fiscais, o que, mesmo num contexto em que o mundo inteiro lida com desequilíbrios nas contas públicas, é muito preocupante.

Segundo Canuto, os programas lançados pelo governo, à medida que as eleições se aproximam, têm impacto nas contas públicas, ainda que não comprometam as metas do arcabouço fiscal. "As instituições do Brasil são bem lenientes, e o fato é que o governo tem recorrido a isso", disse Canuto em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Pesquisador sênior no Policy Center for the New South, um think tank (centro de estudos) focado em políticas públicas, Canuto observa que a polarização política interdita o debate sobre o ajuste fiscal. Ele também menciona o risco de os investimentos trilionários em inteligência artificial enxugarem a liquidez de capital nas economias emergentes.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Apesar do crescimento da dívida pública brasileira, o quadro fiscal também piorou no resto do mundo. Em termos relativos, a situação fiscal do Brasil melhorou?

Sim, mas isso não elimina os efeitos negativos da deterioração fiscal ao próprio País. Quem compra papel, quem compra dívida pública, não fica olhando só ao relativo. O risco vai aumentar com a trajetória de expansão da dívida pública. A deterioração fiscal nos países avançados não nos permite ignorar o assunto. Os juros vão subir no exterior, o que vai impor uma dificuldade ainda maior para os juros caírem no Brasil. E juros mais altos jogam contra a trajetória da dívida pública brasileira. Aos poucos, corremos o risco de entrar numa trajetória explosiva da dívida, que já passou de 80% do **PIB**. O Brasil precisa de um saldo primário melhor, sem recorrer a manobras por fora

(das regras fiscais), em que nós somos mestres.

O governo tem abusado dessas manobras em ano de eleição, lançando programas fora da regra fiscal?

Tem feito isso. As instituições do Brasil são bem lenientes, e o fato é que o governo tem recorrido a isso. Todos esses pacotes e linhas de crédito têm efeito fiscal, mas não estão sendo incorporados aos indicadores que compõem as metas fiscais oficiais. Isso é muito preocupante.

A polarização política afasta uma discussão sobre o ajuste fiscal?

A polarização não ajuda a discussão de temas relevantes da pauta econômica, não só no Brasil. Ninguém quer prometer que vai ser, digamos assim, mais austero.

Por outro lado, o fim da escala 6x1 está avançando no Congresso. Qual pode ser o impacto na **inflação** e no crescimento econômico?

O impacto em termos de custo não vai ser tão pronunciado. Há margem para que a transição ocorra sem impactos de custo significativos. Vai depender, é claro, de como a produção se adapta. Não estou dizendo que o impacto é zero. O custo salarial por hora vai aumentar para as empresas, mas não será necessariamente algo catastrófico.

Será possível compensar esse aumento de custo com ganhos de produtividade?

Há atenuantes, como já se viu em experiências em outros lugares do mundo. A rigor, eu não atribuiria cenários catastróficos, com exceção, talvez, de um ou outro setor que terá mais dificuldade em se adaptar.

O investimento trilionário que está sendo feito em inteligência artificial nos Estados Unidos...

Não só nos Estados Unidos. Boa parte dos equipamentos é importada da Ásia. E os investimentos em inteligência artificial nos EUA têm beneficiado muito os países exportadores, incluindo semicondutores, na Malásia, na Coreia do Sul e em Taiwan. O que está puxando a economia americana é o investimento em inteligência artificial. Em grande

medida, o desempenho agregado muito bom dos EUA decorreu da combinação de investimentos em centros de dados, centros de energia, em capital fixo e assim por diante.

A IA pode drenar investimentos em outros setores? Será um desafio a mercados emergentes menos inseridos na corrida tecnológica?

Existe, sim, a preocupação de que a liquidez seja inteiramente sugada pelas empresas de IA. Os EUA já viraram, em grande medida, um grande sugador de riqueza do mundo inteiro, seja pelos títulos da dívida pública, seja via empresas de IA no mercado de capitais.

É uma bolha?

Há pelo menos três anos acompanhamos a história da IA como uma bolha. Mas é uma bolha que, ao invés de explodir, continua sugando dinheiro do mundo inteiro. Todo mundo está comprando não só ações, mas também papéis de dívida (das empresas de IA).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DF negocia aporte no BRB sem previsão para liberação dos recursos

DANIEL WETERMAN

O governo do Distrito Federal ainda negocia a contratação de um empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões no Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e não deverá concluir a operação de socorro ao Banco de Brasília (BRB) até hoje como havia previsto inicialmente. O financiamento é considerado essencial para recompor o patrimônio do banco estatal após a aquisição de parte dos ativos do Banco Master, operação que exigiu um reforço bilionário de capital.

Enquanto busca concluir a estrutura financeira do empréstimo, o governo distrital mantém negociações com bancos públicos e privados que poderão atuar como avalistas da operação. Sem esses garantidores, o financiamento não poderá ser formalizado.

"Está avançando, mas ainda não temos condições de antecipar nada porque estamos na fase de maturação da operação", afirmou o secretário de Economia do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira, ao Estadão. "Acredito que consigamos concluir ainda nesta semana, mas amanhã (hoje) não. É um volume de recursos muito elevado. Uma operação dessa dimensão não se resolve da noite para o dia."

O Distrito Federal e a União firmaram um acordo no Supremo Tribunal Federal (STF) autorizando o governo local a contratar um empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões com recursos do FGC e, posteriormente, aportar esse valor no BRB. O objetivo é fortalecer a instituição financeira e absorver os impactos decorrentes da operação envolvendo o Master.

Pelo acordo, o financiamento poderá contar com o aval de bancos públicos e privados, sem a necessidade de garantia da União ou do Tesouro Nacional. Apesar da autorização judicial, a operação ainda depende da adesão das instituições financeiras, que precisam concordar com as condições do financiamento e assinar os contratos correspondentes.

TRATATIVAS. Segundo pessoas envolvidas nas negociações, o governo do Distrito Federal propôs uma taxa de juros real de 4,5% ao ano - acima da **inflação** -, mas as instituições financeiras ainda analisam as condições e não deram aval definitivo à proposta.

A definição dessas condições é considerada decisiva para o custo final da operação. Além de determinar quanto o Distrito Federal pagará em juros, o acordo influenciará o impacto do empréstimo sobre as contas públicas ao longo dos próximos 15 anos. O financiamento foi estruturado em um momento de forte pressão fiscal sobre o governo distrital, que busca preservar a capacidade de investimento enquanto viabiliza o reforço de capital do BRB.

Segundo Valdivino, neste momento as equipes técnicas estão concentradas na troca de documentos, análises jurídicas e negociações com as instituições financeiras para concluir a modelagem do contrato. "Mesmo uma operação pequena de crédito costuma levar dias ou semanas para ser concluída. Imagine uma operação de R\$ 6,6 bilhões", afirmou.

O governo sustenta que a segurança jurídica da operação está garantida pelo acordo homologado no STF e pela lei aprovada pela Câmara Legislativa do DF. A legislação autoriza o Executivo a oferecer como contragarantia parte das transferências constitucionais recebidas da União por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), caso haja inadimplência.

Esse ponto, porém, gerou questionamentos durante a estruturação do financiamento. Integrantes do mercado financeiro levantaram dúvidas sobre a possibilidade de essas receitas constitucionais servirem como garantia também para bancos privados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil tem de vencer gargalos para liderar transição energética

HENRIQUE FAERMAN RAYANDERSON GUERRA

O maior desafio da transição energética brasileira não é apenas ampliar a geração de energia, mas integrar diferentes fontes de forma equilibrada para atender à crescente demanda impulsionada pela digitalização e pela eletrificação da economia. Durante o evento Energy Summit, realizado entre os dias 23 e 25 de junho, no Rio, e que teve parceria do Estadão, especialistas e executivos destacaram a necessidade de investimentos em infraestrutura, inovação e novas tecnologias para garantir segurança energética, descarbonização e competitividade ao País.

Com 48% da matriz energética ligada a fontes renováveis, como água, vento e sol (na média global, o percentual é de 15%), o Brasil tem condições para assumir o papel de protagonista na transição energética global. O potencial permite, além de atender à demanda interna por energia de baixo carbono, se consolidar como exportador de combustíveis sustentáveis, tecnologias e soluções de descarbonização.

Um estudo da PwC Strategy do ano passado mostrou que a transição energética, aliada a atividades de bioeconomia e economia circular, poderá acrescentar R\$ 930 bilhões ao Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. Segundo especialistas, é importante aproveitar o processo para tornar o País mais competitivo em determinados setores, sobretudo o industrial. Há muitos desafios para superar os obstáculos e conseguir aproveitar essa vantagem.

"Temos condições de atender nossa demanda interna e também exportar para o mundo, desde SAF (combustível sustentável de aviação) feito de sebo bovino até hidrogênio renovável", diz o presidente da Aurum Energia, José Mauro Coelho. Na opinião dele, um dos desafios para ter sucesso nesse processo é escolher quais as melhores tecnologias para cada aplicação. Segundo ele, é importante analisar os atributos positivos e negativos de cada fonte e buscar a complementaridade e equilíbrio para evitar problemas como o de cortes de geração eólica e solar, conhecido no mercado como curtailment.

"Vemos o Brasil falando em ser polo de data center, e todo mundo querendo ter carro elétrico, mas acho que o grande desafio não é o quanto vai aumentar em

geração de energia, mas como vai se operar tudo isso no sistema", avalia Mauro Coelho. Ele destaca que o próprio Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) admite que a operação mudou completamente, com altos índices de complexidade, e que ainda está entendendo como tudo funciona.

Para a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras, Renata Baruzzi, o País não pode abrir mão de nenhuma forma de energia disponível. A Petrobras, destaca a executiva, tem investido muito em descarbonização e em novas energias. "No nosso plano estratégico, só para descarbonização e novas energias, temos previsto mais de US\$ 13 bilhões para os próximos 5 anos. Entendemos que a acessibilidade dessas novas energias vai vir com a tecnologia. Hoje essas energias não são acessíveis", afirmou Baruzzi.

Na Light, distribuidora do Rio de Janeiro, o foco é aproveitar o potencial do País e do Estado para atrair investidores em data centers. A empresa acaba de renovar o contrato de concessão e vai iniciar o maior plano de investimentos da história. São R\$ 10 bilhões de investimentos nos próximos 5 anos. "O Rio de Janeiro tem todas as características necessárias para receber os data centers e se tornar um grande polo de desenvolvimento das Américas", diz a superintendente de Comunicação e Sustentabilidade da Light, Giovanna Curty.

No ano passado, o Brasil teve o quinto maior fluxo de investimento estrangeiro direto em 2025, somando US\$ 74 bilhões. Segundo Mauro Coelho, o País tem bons argumentos para continuar atraindo investidores e liderar a transição energética. Além do potencial de ampliação da matriz elétrica renovável, a vice-liderança global na produção de biocombustíveis líquidos, como etanol e biodiesel, é um bom trunfo para atrair novos grupos.

EÓLICA E GÁS. Junta-se a isso o desenvolvimento - ainda incipiente - da eólica offshore no País, que pode ser explorada mais no futuro após o aproveitamento dos projetos onshore (em terra). "Antes de ir para a offshore, temos de expandir o potencial interno", avalia.

Já sobre o gás natural, tido como elemento fundamental da transição, o principal desafio nacional é levar o insumo para o interior do País e assim ajudar

a descarbonizar indústrias que preferem o diesel ou outros combustíveis mais baratos. "O preço para a indústria brasileira usar o gás é de US\$ 20 o milhão de BTU, enquanto nos Estados Unidos esse valor é de apenas US\$ 4,3".

Para o especialista, todos os países precisarão olhar as tecnologias disponíveis a partir do trilema da segurança energética em tempos de globalização, da sustentabilidade ambiental e financeira, além da equidade energética, em entregar a energia a todos de forma justa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF piora regra que já era ruim para "penduricalhos" (Editorial)

A última decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os "penduricalhos" deveria tirar o Congresso da letargia. Era esperado que a Corte moralizasse os abusos. O que se viu foi frustração. Em março, o Supremo criou por unanimidade um novo teto para a remuneração da elite do serviço público. Definiu que as verbas indenizatórias que inflam os supersalários de juízes e procuradores poderiam exceder em até 70% o valor estipulado na Constituição (R\$ 46,4 mil, o salário de um ministro do STF). Eliminou os "penduricalhos" mais escandalosos, mas permitiu que até metade do excesso de 70% possa ser concedida na forma de aumentos salariais automáticos a cada cinco anos - o quinquênio, extinto pelo Congresso há 20 anos. Não tem justificativa nem cabimento.

Apesar de toda a generosidade do Supremo, tribunais e procuradorias apresentaram ao STF um conjunto de ações questionando a perda das benesses. O prazo para o fim do julgamento acaba hoje, mas a maioria formada no sábado piorou o que já era ruim e promoveu retrocesso sobre a frustração de março. A Corte decidiu que os inativos e pensionistas também receberão o adicional de 5% a cada cinco anos trabalhados. Os profissionais da ativa nem precisarão apresentar requerimento para obter a prebenda. Por fim, juízes e procuradores que ingressaram em 2001 (cinco anos antes da extinção do quinquênio) poderão acumular o velho Adicional por Tempo de Serviço (5%) a que ainda têm direito com uma nova verba de "valorização por tempo de serviço" (5%) criada pelo STF.

Nada disso contribui para a qualidade do serviço público. Trata-se de distribuição de dinheiro sem nenhum critério de mérito, apenas por antiguidade. Um sistema meritocrático poderia catalisar o aumento da qualidade dos serviços prestados e do bem-estar da população. Os quinquênios são justamente o oposto disso. Ao premiar todos de forma indiscriminada, são um incentivo à inércia. Por que se esforçar mais e buscar se aperfeiçoar se os aumentos estão garantidos?

A decisão sobre os "penduricalhos", tomada com base nos interesses corporativos das categorias ligadas à Justiça, é dos momentos mais vexatórios da história do STF. Em vez de acabar com absurdos como férias de 60 dias e folgas adicionais por motivos variados, o Supremo ainda

permitiu que sejam convertidas em dinheiro, consagrando a captura do Estado por aqueles que já usufruem privilégios inexistentes em qualquer outra carreira. A Justiça brasileira já tem lugar garantido no pódio das mais caras do mundo, ao custo estimado em quase 1,5% do PIB. Isso ainda deverá piorar como os ovos quinhênis, pelo inevitável efeito cascata por outros braços do Estado.

A Constituição determinou o salário de um ministro do STF como teto do funcionalismo e estipulou que as regras para verbas indenizatórias fossem decididas posteriormente. Uma Emenda Constitucional votada em 2024 estabeleceu que apenas aquelas previstas em lei de caráter nacional, aprovada pelo Congresso, poderiam ficar fora do remuneratório. Passado mais de um ano, a lei regulando os "penduricalhos" ainda não entrou em vigor. Não há mais tempo a perder. A maioria formada na semana passada comprova que o STF não é capaz de decisões independentes e sensatas sobre o tema. Cabe ao Congresso agir.

Brasil e União Europeia ampliam diálogo para a nova economia

O II Fórum de Investimentos Brasil-União Europeia (UE), organizado conjuntamente pela ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e pela UE, em colaboração com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), reuniu na última terça-feira, 23, em Brasília, autoridades, empresários e investidores para discutir uma agenda de cooperação voltada à competitividade, à indústria verde, à inovação tecnológica e à ampliação das relações econômicas entre os dois blocos.

Os 26 anos de diálogo resultaram em um dos maiores blocos comerciais do mundo, com 720 milhões de consumidores e uma economia que soma um Produto Interno Bruto (**PIB**) de US\$ 22 trilhões.

Nesse cenário, o Brasil é considerado um parceiro indispensável na nova era geopolítica global. Segundo o presidente da ApexBrasil, Laudemir André Müller, o país já começou a colher os frutos do acordo, em vigor desde maio: houve um aumento de US\$ 1,5 bilhão em exportações para a Europa, segundo maior parceiro comercial nacional.

- Vivemos um momento bastante desafiador. Estamos vendo uma cumplicidade maior no comércio exterior. E, ao mesmo tempo, o Brasil batendo recordes de exportação e atração de investimentos. No ano passado, fomentamos US\$ 70 bilhões de investimentos em um momento complexo do cenário internacional. Mas isso não acontece por acaso. É resultado de uma decisão acertada que envolve entendimento, negociação, abertura - explicou.

A competitividade foi o foco do debate. Ao criar uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, o acordo derrubou barreiras tarifárias. Essa desoneração dá um vislumbre das oportunidades que o Brasil tem à disposição. Entre elas, Müller destacou que a UE importa US\$ 3 trilhões em produtos de fora do bloco, dos quais US\$ 50 bilhões vêm do Brasil.

O gerente de Inteligência de Mercado da ApexBrasil, Gustavo Ribeiro, explicou que o país concentra 50% dos valores de exportação em cinco produtos básicos: petróleo, café, soja, farelo de soja e minério de cobre. - O momento é de parar, olhar e verificar onde estão essas oportunidades -, disse, defendendo a diversificação dos itens.

Para guiar esse crescimento, a ApexBrasil mapeou 543 oportunidades de exportação imediata com imposto zero em 237 produtos e viu maior potencial nos setores de máquinas, equipamentos de transporte e produtos químicos. Os dados constam no "Estudo de Oportunidades Mercosul-União Europeia", publicado pela agência em janeiro.

A discussão evoluiu para o papel central do Brasil na transição energética. Com quase 90% de matriz elétrica limpa, o país oferece o que a Europa mais precisa: energia barata e renovável para alimentar a indústria do futuro, incluindo data centers e treinamento de inteligências artificiais.

Para o comissário europeu para Parcerias Internacionais, Jozef Síkela, a parceria deve superar o antigo modelo puramente extrativista. - O Brasil é um país muito rico e muito ambicioso. Precisa deixar para trás um modelo de negócios de baixa margem, ou seja, a exportação de produtos agroalimentares e matérias-primas críticas não processadas, e avançar para commodities de maior valor agregado, ou seja, produtos finais - ponderou.

A UE, por sua vez, pode contribuir com capital e investimentos em infraestrutura em território nacional. - Queremos ver como esse acordo pode apoiar uma agenda de investimentos mais forte entre Brasil e Europa - afirmou a embaixadora da União Europeia no Brasil, Marian Schuegraf.

GLOBAL GATEWAY

Um dos pontos altos do II Fórum de Investimentos Brasil-União Europeia residiu na assinatura de quatro iniciativas sob o guarda-chuva da agenda Global Gateway. Os anúncios reforçam o compromisso de que desenvolvimento e sustentabilidade devem caminhar lado a lado.

- É na sustentabilidade que o Brasil tem que fincar o seu projeto de desenvolvimento econômico. Temos fontes renováveis de energia, recursos hídricos abundantes e compromisso sério do governo com desmatamento de qualquer tipo. Essa indústria precisa assistir ao país celebrando acordos - ressaltou o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa.

Representantes do Pará e do Maranhão assinaram a iniciativa "Mais Conectado", no valor de 260,8 milhões de euros, em prol da conectividade digital, da transição energética e da proteção à Amazônia. Um cabo submarino de fibra ótica ligará os dois estados à Europa.

Já o projeto-piloto "Amazônia Verde" levará conectividade a seis comunidades remotas no Amazonas para facilitar o acesso à saúde e à educação, além de fomentar a economia. A cifra alcança 1,5 milhão de euros.

O programa H2Uppp Green Hydrogen Brazil, implementado pela agência alemã GIZ, deve financiar parcerias público-privadas com o porto internacional de Antuérpia, na Bélgica, para apoiar o desenvolvimento da cadeia de valor do hidrogênio renovável. O valor total é de 3,5 milhões de euros.

O projeto Cunhaintá Kirmawasa recebeu mais de 770 mil euros da UE para fortalecer a liderança e a participação política de mulheres indígenas na Amazônia, com apoio a 25 organizações ligadas a 50 povos, respeito aos direitos humanos e preservação do bioma.

UM OLHAR PARA O HORIZONTE

No plano jurídico, o Brasil avançou com reformas estruturantes, como a tributária, e a criação de marcos legais para eólicas offshore e hidrogênio verde, aumentando a previsibilidade para o investidor estrangeiro:

- Temos uma ampla agenda de aproximação regulatória com a UE, que pode importar na redução de custos de conformidade para investidores dos dois blocos. A proposta é de construção de comunidade jurídica comum, que vai oferecer a implementação da agenda -, ponderou o advogado-geral da União, Jorge Messias.

A implementação definitiva do acordo depende das ratificações parlamentares, mas o sinal enviado ao mercado é claro: o ambiente de negócios mudou. O presidente da ApexBrasil encerrou a participação com uma visão de longo prazo que resume o espírito do encontro: o Brasil é o parceiro natural para os três grandes dilemas mundiais, representados pela segurança alimentar, pela transição energética e pelos minerais críticos.

- O potencial está identificado, os projetos existem e o interesse dos investidores é real. O próximo desafio é estruturar, financiar e executar -, concluiu Müller, que selou o compromisso da agência em apoiar as

empresas brasileiras a ampliarem sua atuação no mercado europeu.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A nova ordem mundial baseada na IA

Ao contrário do auge da bolha pontocom, quando retornos advindos da tecnologia se espalhavam por vários setores, hoje eles estão drenando recursos de indústrias e países que ficaram à margem da IA. Mesmo nos EUA, investimentos fora do setor de tecnologia estão encolhendo

É difícil lembrar um momento em que os mercados globais estivessem tão obcecados por uma única narrativa. O boom da inteligência artificial tornou-se tão poderoso e disseminado que está se sobrepondo a todos os demais fatores de retorno e moldando uma nova ordem mundial baseada na IA.

O desempenho relativo dos principais mercados acionários do mundo ao longo do último ano pode ser explicado pelo grau de exposição de cada país à IA. Nações com uma presença significativa na cadeia ("stack") de setores que desenvolvem infraestrutura e serviços de IA estão superando amplamente as demais, enquanto aquelas que não participam desse ecossistema ficam para trás por margens recordes. Entre os vencedores estão Estados Unidos e China graças, acima de tudo, aos seus modelos fundamentais de IA; Taiwan e Coreia do Sul, impulsionados por seus fabricantes de chips; Japão e Israel, apoiados em um amplo conjunto de competências ligadas à IA.

Os vencedores parciais são os fornecedores secundários. Eles incluem países exportadores de circuitos, servidores e outros equipamentos eletrônicos relacionados à IA (como México, Tailândia e Vietnã) ou que desempenham um papel na cadeia de IA tanto como exportadores quanto como importantes centros de dados (caso de Malásia e Singapura).

Os perdedores incluem boa parte da Europa, com algumas exceções pontuais (a Holanda é um importante fornecedor de chips graças a uma única grande empresa). Em situação ainda pior estão os países que não têm empresas ou setores ligados à IA e dependem fortemente de indústrias mais expostas a rupturas, entre elas os serviços de Tecnologia da Informação (TI).

Nos EUA, os segmentos ligados à IA representam mais de 40% da capitalização de mercado e foram responsáveis por mais de 80% dos retornos deste ano. O perfil de retorno e de concentração é semelhante no Japão e ainda mais acentuado na Coreia do Sul e em Taiwan. Na China, toda a movimentação está concentrada nos segmentos mais novos e voltados

para o crescimento, enquanto os setores da velha economia enfrentam dificuldades. Enquanto isso, países como Índia e Filipinas, vistos como especialmente vulneráveis ao impacto disruptivo da IA, acumulam perdas excessivas neste ano.

A febre da internet no fim dos anos 90 também foi um fenômeno global avassalador, mas não era tão concentrada. Naquela época, os principais subsectores de tecnologia eram equipamentos de telecomunicações, semicondutores e serviços de telefonia móvel, que responderam por 60% dos ganhos dos mercados globais no auge da bolha das empresas pontocom, no começo dos anos 2000. Neste ano, os três principais subsectores de tecnologia (semicondutores, hardware e equipamentos eletrônicos) já contribuíram com uma parcela significativamente maior dos ganhos dos mercados globais: mais de 70%.

Além disso, ao contrário do auge da bolha pontocom, quando os retornos impulsionados pela tecnologia se espalhavam por diferentes mercados e setores, hoje eles estão drenando recursos de indústrias e países que ficaram à margem da IA. Mesmo nos EUA, os investimentos fora do setor de tecnologia estão encolhendo em termos reais. Enquanto isso, investidores estrangeiros continuam tirando recursos de países vistos como periféricos ao boom da IA, do Reino Unido à Indonésia.

Os investidores globais podem estar concentrados quase exclusivamente na IA, mas não estão escolhendo vencedores ao acaso. Os países que lideram essa corrida são potências tecnológicas consolidadas, com um compromisso de longa data com pesquisa e desenvolvimento, destinando, em média, mais de 3% do **PIB** à área - mais de três vezes o nível observado nos países que ficaram para trás. Eles também investem pesadamente em tecnologia; os gastos no setor representam, em média 3,7% do **PIB** entre os vencedores da IA, comparado a 2,7% nos países parcialmente beneficiados e apenas 1,6% entre os que estão perdendo terreno.

É verdade que a posição de nenhum líder está garantida. Nos EUA, o desempenho das gigantes de tecnologia conhecidas como as "Sete Magníficas" está cada vez mais desigual: neste ano, três ações acumulam alta, três registram queda e uma permanece praticamente estável. Além disso, todas enfrentam algum tipo de concorrência externa, frequentemente vinda da China.

Na China, gigantes como Alibaba e Tencent ainda tentam descobrir como transformar a IA em lucros e acumulam quedas de cerca de 30% no ano. O verdadeiro impulso da IA na China está nas empresas de tecnologia mais novas

No Japão, a liderança do mercado mudou de forma acentuada em direção à tecnologia no último ano. As ações ligadas a semicondutores subiram 200%, enquanto a pioneira em memória para computadores Kioxia valorizou-se 3.500%, tornando-se a empresa de maior valor de mercado do país.

O efeito estimulante da IA continua ajudando muitas economias a atravessar uma crise após outra, da guerra tarifária ao choque do petróleo provocado pela guerra no Irã. Desde o início do ano, as expectativas de crescimento do **PIB** dos países vencedores na corrida da IA aumentaram quase um ponto porcentual completo, enquanto recuaram significativamente nos países perdedores.

Em países como EUA, Taiwan e Coreia do Sul, os fortes ganhos na manufatura avançada, a disparada dos lucros corporativos e o efeito riqueza decorrente da valorização das bolsas impulsionada pela IA continuam sustentando o crescimento econômico. Em países como China, Tailândia e México, as exportações de tecnologia estão crescendo com rapidez suficiente para compensar a fraqueza de outras áreas de suas economias, inclusive da demanda interna.

Em suma, vivemos em um mundo movido pela IA. É claro que essa obsessão não durará para sempre. O entusiasmo especulativo acabará arrefecendo, mesmo que a revolução tecnológica continue e amplie seu alcance. Como aconteceu após o boom das ferrovias no século XIX e a febre da internet na virada deste século, um mercado global mais equilibrado acabará ressurgindo. Mas enquanto os investidores continuarem vendo a IA como o único alicerce da próxima ordem mundial, eles seguirão classificando os países de acordo com sua capacidade tecnológica.

Brasil ganha 9,2 mil milionários em ano de enriquecimento global

Pela primeira vez, os 56 mercados analisados registraram aumento no número de milionários

O Brasil ganhou 9.215 milionários em dólar no ano passado, elevando para 386 mil o número de pessoas com patrimônio superior a US\$ 1 milhão no país, segundo o Global Wealth Report 2026, pesquisa anual do UBS, enviada com exclusividade ao Valor.

a Com isso, ocupa a 19 posição no ranking mundial de milionários. No entanto, segue entre os mercados com maior concentração de riqueza e está na quarta posição do ranking global de desigualdade patrimonial.

Na América Latina, o Brasil permanece na liderança em número de milionários, à frente do México, que está em segundo lugar na região com 333 mil milionários. O avanço ocorreu em um ano de forte aceleração do crescimento das fortunas. Em 2025, o avanço ocorreu pelo terceiro ano consecutivo, com expansão de 10,8% da riqueza pessoal medida em dólares - mais que o dobro do ritmo registrado em 2023 e 2024. Nesse período, quase 1 milhão de pessoas passaram a integrar o grupo de milionários no mundo.

Segundo o chefe de Global Wealth Management para a América Latina do UBS, Marcello Chilov, o resultado reflete a valorização dos mercados financeiros e dos ativos reais, além de um dólar mais fraco no período. O executivo também destaca o papel da inovação e da tecnologia na geração de riqueza, sobretudo nos Estados Unidos.

A riqueza financeira, a riqueza não financeira - sobretudo imóveis - e a dívida avançaram em relação ao ano anterior. Os ativos não financeiros cresceram pela primeira vez desde 2023.

O levantamento mostra que o dólar mais fraco ajudou a ampliar os ganhos em todas as sub-regiões monitoradas pelo estudo. A riqueza média em dólares cresceu cerca de 1,6% no Sudeste Asiático, quase 4,6% na Grande China (China continental, Hong Kong e Taiwan), aproximadamente 8,8% na América do Norte e quase 17% na Europa Ocidental. Na Europa Oriental, o avanço chegou a 28%.

Para Chilov, parte desse desempenho reflete justamente o efeito cambial sobre a riqueza medida

em dólares. Segundo ele, a valorização de moedas como o euro e o franco suíço frente ao dólar acabou ampliando o patrimônio quando convertido para a divisa americana.

A expansão das fortunas foi disseminada. Pela primeira vez desde o início da série histórica do UBS, os 56 mercados analisados registraram aumento no nú

mero de milionários. No total, a população mundial de milionários cresceu 1,5%, o equivalente à criação de quase 1 milhão de novos milionários - cerca de 2.680 por dia. Esses mercados representam 92% da riqueza global.

Os Estados Unidos lideraram o movimento, com 441.078 novos milionários em apenas um ano - mais de 1,2 mil por dia -, respondendo por cerca de 40% do crescimento global. Reino Unido, França, Espanha, Japão e Índia também registraram aumentos expressivos.

Ao fim do ano passado, o mundo reunia cerca de 57,5 milhões de milionários, dos quais 23,6 milhões viviam nos Estados Unidos.

A expansão das grandes fortunas no Brasil acompanha essa tendência. O país reúne cerca de 43 mil pessoas com patrimônio entre US\$ 5 milhões e US\$ 100 milhões.

Por outro lado, o enriquecimento não alterou o quadro de elevada concentração patrimonial no país. Segundo o UBS, o Brasil permanece como o quarto mercado com maior desigualdade entre os 56 analisados, atrás apenas de Emirados Árabes Unidos, Rússia e África do Sul, indicando que a expansão da riqueza continua distribuída de forma desigual entre a população.

Na avaliação de Chilov, o indicador mais relevante, no entanto, do estudo vai além da quantidade de milionários. "O número que precisa ser olhado é quantas pessoas estão saindo de uma faixa de patrimônio mais baixa para uma faixa de patrimônio mais alta", afirma.

Para o executivo, essa mobilidade reflete fatores como empreendedorismo, inovação, desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico.

Os dados do UBS mostram que, em 2025, apenas 1,5% dos adultos têm patrimônio superior a US\$ 1 milhão, enquanto a participação daqueles com menos de US\$ 10 mil continua diminuindo. Ao mesmo tempo, as faixas intermediárias de riqueza vêm se expandindo, refletindo uma migração gradual de pessoas para níveis mais elevados de patrimônio.

Segundo o UBS, mantida a expansão das faixas intermediárias, a tradicional pirâmide global da

riqueza poderá perder esse formato antes do fim da década.

Para Chilov, apesar dos juros elevados, da **inflação** resistente e das incertezas fiscais, o Brasil continua demonstrando capacidade de gerar riqueza. Na avaliação do executivo, a América Latina atravessa um momento favorável, sustentado por vantagens competitivas em áreas como agronegócio, energia, minerais estratégicos para a transição energética, infraestrutura e pelo tamanho do mercado consumidor. Ele também destaca a resiliência das empresas brasileiras para operar em ambientes econômicos adversos.

Na avaliação de Chilov, o Brasil e a América Latina reúnem características que podem ampliar o interesse de investidores estrangeiros nos próximos anos. O executivo cita a força do agronegócio, da produção de energia e dos minerais estratégicos para a transição energética, além da necessidade de investimentos em infraestrutura e do tamanho do mercado consumidor. Segundo ele, esses fatores, combinados à resiliência demonstrada pelas empresas brasileiras em cenários econômicos adversos, criam condições para atrair mais capital, impulsionar novos negócios e contribuir para a geração de riqueza no longo prazo.

Brasil, PIB, IDH e necessidade de reformas

Palavra do gestor

Em meu artigo anterior no Valor, "IOF na previdência é tiro no pé", comentei sobre a questão do baixo esforço do governo por busca de melhoria de produtividade. Para quantificar quanto nosso país precisa evoluir, comparo nossa colocação no ranking de Produto Interno Bruto (**PIB**) total, no qual nos situamos na décima posição, com o **PIB** per capita, em que ocupamos a 104 posição. É claro que essa comparação não traz a exata situação de riqueza de uma nação, mas ficar atrás da Argentina, Cuba e China aponta óbvios sinais de alerta.

O Brasil produz bastante, mas é incapaz de amalgamar as energias potenciais e cinéticas, pois, em termos de índice de desenvolvimento humano (IDH), estamos na 84 posição, segundo a ONU.

Temos muitos fatores que atrapalham o empreendedorismo nacional: juros altos, crédito escasso, logística ineficiente, carência de mão de obra especializada, burocracias e demora do Judiciário na resolução de impasses. Ocupamos a 124 posição no ranking de facilidade de negócios do World Bank Group.

Em artigo brilhante do professor Jorge Arbach também no Valor, "Políticas industriais ou de cadeias de valor?", ele conclui da seguinte forma: "O futuro da competitividade brasileira não será decidido apenas dentro das fábricas ou das fazendas.

Será construído na capacidade de erigir cadeias de valor eficientes e integradas. O verdadeiro risco do Brasil não é falta de potencial - é continuar respondendo às perguntas do século XXI com as ferramentas conceituais do século XX".

Na atual administração há uma enorme quantidade de medidas sendo anunciadas, mas parecem ser cunhadas como bondades eleitorais, e não como instrumentos estruturantes. Dentre elas estão: subvenção a combustíveis, crédito subsidiado a caminhões, ônibus e máquinas agrícolas, reajuste do programa Gás do Povo, novo Desenrola, fim da escala 6x1, isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) até R\$ 5 mil, ampliação do programa

Luz para Todos, crédito a motoristas de aplicativos e táxis, entre tantas outras.

É claro que, num país com quantidade de problemas

muito elevada, algumas medidas emergenciais precisam ser implementadas. Todavia, o espaço fiscal para a continuidade desse "modus operandi" é pequeno. Responsabilidade fiscal é obviamente importante para qualquer país, ainda mais no nosso, pois a dívida nacional em percentual do **PIB** é muito maior que outros pares emergentes. A experiência do atual governo da Argentina exemplifica isso: a **inflação** em 12 meses caiu de 276% para 32% com as medidas de ajuste fiscal.

Além disso, o debate com a sociedade precisa ser mais bem conduzido. Por exemplo, o fim da escala 6x1 não parece ter sido bem quantificado em termos de custos para empresas do setor de serviços, que correspondem a 73% do **PIB** e a 75% do emprego formal.

O uso de inteligência artificial (IA) vai modificar o mundo de forma incrível. Chegou a hora de o Brasil acordar para a necessidade de mudanças realmente estruturantes. Como escreveu o professor Arbach: "(...) exige uma mudança de perspectiva na política econômica: sair da lógica de intervenções setoriais fragmentadas e migrar para políticas voltadas a cadeias de valor: reduzir custos sistêmicos, sofisticar serviços, integrar infraestruturas, ampliar a digitalização, desenvolver capital humano e melhorar a coordenação regulatória".

O Brasil não precisa apenas de reformas, precisa visitar a própria Constituição, que foi reformada em 1988 e já nasceu obsoleta. As fronteiras entre os três Poderes precisam ser novamente delimitadas e redesenhadas de forma urgente. A adoção da "common law" baseada em jurisprudência e igualdade decisória é fundamental para criar ambiente de negócios mais fértil e combater a corrupção. A "civil law" nacional, baseada em complicados códigos e sujeitos às mais diversas interpretações, já deu muitas provas de que estamos usando o sistema errado. Fora isso, o número de instâncias e apelações torna a lentidão da Justiça um caminho para a impunidade, desgaste emocional e grandes prejuízos econômicos. Por fim, cabe pensar em integração de cadeias de produção e não ficar anunciando penduricalhos pseudossociais.

Otávio Vieira da Est Gestão de Patrimônio E-mail

Este artigo reflete as opiniões do autor, e

não do jornal Valor Econômico. O jornal não

se responsabiliza e nem pode ser
responsabilizado pelas informações acima
ou por prejuízos de qualquer natureza em
decorrência do uso destas informações.